

HISTÓRIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA VILA DE PONTA NEGRA - NATAL/RN: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE O TURISMO LOCAL

Ângelo Magalhães Silva¹

RESUMO

Este artigo descreve a história da Vila de Ponta Negra, núcleo originário do bairro de Ponta Negra, localizado na zonal sul da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Este espaço urbano possui uma significativa funcionalidade no processo de requalificação urbana da cidade e para a compreensão dos efeitos da atividade turística. São descritos os eventos históricos que marcam a formação da Vila de Ponta Negra, organizados em categorias como localização, povo, trabalho, terra, objetos imobiliários, além de outros. As fontes consultadas variam de descrições jornalísticas à pesquisas acadêmicas e relatos de antigos moradores. Um recurso que revelou uma historiografia da Vila de Ponta Negra escassa, fragmentada, mas que aponta os motivos e agentes decisivos para a constituição da desigual e cara zona sul de Natal; do avanço espoliativo do capital imobiliário e seu efeito excludente no antigo morador e pescador da Vila de Ponta Negra.

PALAVRAS-CHAVE: Vila de Ponta Negra. Turismo. Objetos Imobiliários. Natal/RN.

¹ Doutor em Ciências Sociais na área de Política, Desenvolvimento e Sociedade, pela UFRN. Professor de Sociologia da Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA. Estuda temas como Capitalismo, Política e Gestão Pública, Organizações e Desenvolvimento. Integrante do Grupo de Estudos sobre Desenvolvimento e Violência - GEDEV. E-mail: angelomagalhaes@ufersa.edu.br

INTRODUÇÃO

Este artigo descreve a história da Vila de Ponta Negra, núcleo originário do bairro de Ponta Negra, localizado na zona sul da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Este espaço urbano possui uma significativa funcionalidade no processo de requalificação urbana da cidade e para a compreensão dos efeitos da atividade turística. São descritos os eventos históricos que marcam a formação da Vila de Ponta Negra, organizados em categorias como localização, povo, trabalho, terra, objetos imobiliários, além de outros. As fontes consultadas variam de descrições jornalísticas à pesquisas acadêmicas e relatos de antigos moradores. Um recurso que revelou uma historiografia da Vila de Ponta Negra escassa, fragmentada, mas que aponta os motivos e agentes decisivos para a constituição da desigual e cara zona sul de Natal; do avanço espoliativo do capital imobiliário e seu efeito excludente no antigo morador e pescador da Vila de Ponta Negra.

A HISTÓRIA DE UMA “VILA”: A VILA DE PONTA NEGRA E A PRESENÇA HOLANDESA

A história da Vila de Ponta Negra é parte integrante e indissociável da história do estado do Rio Grande do Norte e de sua capital, Natal. A ocupação da antiga “vila de pescadores” inicia com a chegada dos holandeses à costa norte-riograndense, no início do século XVII. O desembarque holandês ocorre no que seria chamada, posteriormente, de praia de Ponta Negra. Este evento insere-se numa das tentativas iniciais de conquista da cidade de Natal, um local geograficamente adequado e estratégico para a construção da Nova Amsterdã. Ao se referir ao desembarque, o historiador Luís da Câmara Cascudo afirma que os holandeses foram “repelidos da Ponta do Morcego, hoje Praia do Meio, e foram desembarcar em Ponta Negra” (CASCUDO – O Fortim de Ponta Negra. O Poti, 05 de abril de 1998 In: A Nova História de Natal. 2001. Fascículo nº20).

Outras informações indicam que a presença holandesa teria desencadeado, ainda, os primeiros aglomerados humanos no local.

Os holandeses também desembarcaram na praia, logo após a fundação da cidade. Eles fizeram algumas edificações em Ponta Negra, como o Preventório (hoje Casa de Hóspedes), onde os batavos se reuniam. Esse Preventório viria a servir como base durante a primeira guerra mundial (TRIBUNA DO NORTE, 29 de agosto de 1999).

Em documento do Instituto de Planejamento Urbano de Natal (IPLANAT) em 1994, enfatiza-se que a esquadra flamenga desembarcou na enseada de Ponta Negra no dia 08 de dezembro de 1633, partindo depois em direção ao Forte dos Reis Magos, onde consolidou a invasão. A presença holandesa, como demonstra Cascudo (1999), seria a referência mais antiga sobre o surgimento da Vila de Ponta Negra, “considerada como um dos primeiros núcleos habitacionais de Natal” (MACHADO, 1989). “Sabe-se que em 1635, o processo de ocupação começa oficialmente. Vagarosamente, os habitantes começaram a chegar, pois até 1930, as construções só circundavam a igreja ou estavam na praia” (TRIBUNA DO NORTE, 29 de agosto de 1999).

Porém, o desembarque holandês, que supostamente teria gerado os primeiros indícios do surgimento da Vila de Ponta Negra, é causa de outras interpretações. Encontramos em Garda (1986) uma divergência quanto à formação da Vila de Ponta Negra ser obra holandesa. Apesar de não propor uma explicação convincente sobre a formação da antiga “vila de pescadores”, até então um povoado, a autora afirma existir uma carência documental. Há, segundo ela, uma lacuna histórica e oficial sobre a presença flamenga como sendo o primeiro fator do surgimento da Vila de Ponta Negra. Os militares holandeses teriam utilizado o espaço junto à praia *apenas* na tentativa de um novo ataque à cidade, pois eles “apenas desembarcaram em Ponta Negra e encaminharam-se ao forte dos Reis Magos através das dunas” (GARDA, 1986, p. 16), não tendo ativado, assim, qualquer “desenvolvimento comunitário” no local. O evento resumiu-se à apenas

uma estratégia militar, que aproveitou a posição geográfica da vila com fins de conquista do Forte do Reis Magos.

Outras indicações destacam que o surgimento da Vila de Ponta Negra pode ter ocorrido concomitante a fundação de Natal, em 1599, como mostra o jornal Tribuna do Norte, de 29 de agosto de 1999.

Através de depoimentos dos mais velhos, a moradora da Vila de Ponta Negra, Zélia dos Prazeres, conseguiu remontar o passado defensivo da praia. Foram três etapas importantes na história nascida às margens do mar calmo, sob o domínio de uma grande duna que no presente se chama Morro do Careca. Zélia conta que o 'descobrimento' da praia de Ponta Negra pode ter ocorrido no mesmo ano da fundação de Natal (TRIBUNA DO NORTE, 29 de agosto de 1999).

Assim, o surgimento da Vila de Ponta Negra remete à interpretações distintas. Iremos encontrar a menção as primeiras famílias e ao processo inicial de produção do espaço apenas nos relatos das poucas famílias nativas, ainda existentes. Mesmo com as variantes interpretativas, os fragmentos sobre a história da vila (os poucos existentes) e os condicionantes do surgimento desta se encontram ainda atrelados à presença holandesa na costa norte-rio-grandense como a evidência mais aceitável.

NOME E LOCALIZAÇÃO

O nome Ponta Negra é decorrente da existência de inúmeras pedras de coloração preta à margem da praia, destacando-se uma, mais visível e próxima ao antigo Morro do Estrondo², hoje Morro do Careca. "Nos relatos sobre a conquista de Natal pelos holandeses, em 1633, já aparece o nome Ponta Negra, designando o morro e a praia" (SOUZA, 2001, p. 631).

² A denominação Morro do Estrondo deve-se a uma crença dos antigos nativos da Vila de Ponta Negra. Muitos afirmavam que, tarde da noite, o morro emitia sons que lembravam os de uma trovoadas. "O tão falado Morro do Careca era conhecido como o 'Morro do Estrondo', pois diziam que ele estrondava à noite. Passou a se chamar 'Vila de Ponta Negra' devido a uma pedra escura que avançava para o mar" (Jornal Dois Pontos, 20 a 26 de maio de 1983 In: MACHADO, 1989, p. 76).

O primeiro nome da localidade foi Cabo de São Roque, possivelmente pela fé no santo. Depois passou a se chamar Ponta Preta – graças à quantidade de pedra vistas de cima da estrada. Ponta Negra caiu no gosto popular por ser mais sonoro (TRIBUNA DO NORTE, 29 de agosto de 1999).

Foi oficializado como bairro na gestão municipal do prefeito Aldo da Fonseca Tinoco Filho, na ocasião da definição dos limites dessa área da cidade, pela lei nº 4.328 de 05 de Abril de 1993, publicada no Diário Oficial do Estado em 07 de setembro de 1994.

Os dados apresentados em *O Perfil dos Bairros de Natal*, documento elaborado pelo Instituto de Planejamento Urbano de Natal (IPLANAT), em 1998, indicam que o bairro de Ponta Negra limita-se ao norte com o bairro de Capim Macio e o Parque das Dunas, ao sul com o município de Parnamirim, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o bairro de Neópolis. A Vila de Ponta Negra é parte e núcleo originário do bairro de Ponta Negra: “Segundo informações de estudiosos da população, estimava-se para a Vila aproximadamente dois mil habitantes em 1960³. Só em 1980 o bairro de Ponta Negra aparece no censo de Natal por bairros; então apresentou 10.535 habitantes” (GARDA, 1986, p. 18).

FORTIM E CAPELA: OS PRIMEIROS OBJETOS IMOBILIÁRIOS

A Vila de Ponta Negra, nos primeiros anos de seu surgimento, foi objeto de intervenções do poder local. Cascudo (1999) salienta que, com o objetivo de defesa territorial perante as tropas de Napoleão Bonaparte, o governador do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, construiu um *fortim* e a segunda *capela*⁴, localizados onde hoje existe o centro comercial. Segundo o historiador, o governador mandou construir um fortim, em 1809, entre a praia de

³ Conforme afirma Machado, a Vila de Ponta Negra apresentava, em 1980, aproximadamente 2.600 habitantes e, “por volta de 1920, a Vila possuía cerca de quinhentos habitantes” (SOUZA, 2001, p. 631).

⁴ De acordo com as informações contidas em Souza (2001), a primeira capela foi construída de barro e localizada à beira-mar.

Ponta Negra e a Ponta da Mãe Joana⁵, e a construção militar teria sido abandonada em 1831.

Sobre o fortim e a capela, segundo afirma o Jornal Tribuna do Norte, “a intenção era impedir os ataques inimigos, e a capela foi construída em 1823. Sua localização era estratégica, permitia uma boa visibilidade do mar. A capela tinha dois pavimentos. No porão, eram armazenados materiais bélicos que poderiam ser usados em caso de batalhas” (TRIBUNA DO NORTE, 29 de agosto de 1999).

A primeira capela foi construída pelo padre João Maria, vigário de Natal que faleceu em 16 de outubro de 1905 no Monte (Petrópolis) (CASCUDO, 1999, p. 482). Não se sabe ao certo a data em que essa igreja foi erguida. Apesar de algumas fontes destacarem o ano de 1823, outras indicam que sua edificação encontra-se entre os anos de 1895 e 1905. Segundo informações de Souza (2001), em *Nova História de Natal*, a referência mais antiga à capela está no livro de Tombo da Paróquia de São Pedro do Alecrim, no qual se afirma:

Achando-se em muito mau estado a capela de Ponta Negra, construída no tempo do Padre João Maria, foi o Pe. Agostinho para essa nova povoação a fim de começar os consertos indispensáveis. No mesmo mês de janeiro foram iniciados os trabalhos (Livro de Tombo da Paróquia de São Pedro do Alecrim, p. 23, In: SOUZA, Nova História de Natal, 2001, p. 632).

A primeira capela foi construída inicialmente com barro, provavelmente retirado das encostas próximas à praia (SOUZA, 2001) e passou por várias reformas. Em 29 de junho de 1929, tomava posse Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, quarto bispo de Natal (CASCUDO, 1999, p. 463) e ofereceu uma ajuda para a primeira reforma, já na década de 1930, impedindo o desmoronamento do templo. O Jornal, A República, em 16 de junho de 1938, salientava:

A velha igreja da Praia de Ponta Negra ameaçava ruir e foi destruída para em seu lugar ser levantada outra de construção mais segura e mais bem acabada. O Sr. Bispo de Natal, D. Marcolino Dantas, teve essa feliz iniciativa e vem orientando os trabalhos com zelo e competência (A REPÚBLICA, 1938).

⁵Área denominada, atualmente, Via Costeira.

Em junho de 1940, já reformada, a capela estava em condições de permitir o reinício das atividades religiosas e, segundo o jornal *A Ordem*, foi, então, festivamente benta por D. Marcolino (*A Ordem* – 25 de junho de 1940).

A TERRA E AS INTERVENÇÕES

De acordo com informações sobre a Vila de Ponta Negra, no século XIX, o vice-presidente da província do Rio Grande do Norte, João Carlos Wanderley⁶, baixou, em 18 de outubro de 1847, a lei nº 163, que se referia em seu artigo 1º, a desapropriação do terreno onde se localizava a vila:

Fica reconhecida de utilidade pública provincial a desapropriação do terreno em que se acha a povoação de Ponta Negra do município da capital, pegando do morro Pedrez ao Sul até a ladeira da Almecega, e, daí, em direção ao morro do Pião, seguindo deste em linha reta para o presídio que servirá de divisa, a encontrar com o dito morro Pedrez (Coleção das Leis provincianas do Rio Grande do Norte/ Pernambuco, Tipo. De M.F. de Faria, In SOUZA, 2001, p. 631).

Já em 1856, a vila sofreria outra intervenção do poder público local. Segundo afirma ainda Souza (2001), o Dr. José Joaquim da Cunha, presidente da província do Rio Grande do Norte, por meio da resolução nº 251, de 24 de março do mesmo ano, tornava sem efeito a lei anterior efetuada pelo Dr. João Carlos Wanderley. Em 1858, porém, o novo presidente da província, Antônio Bernardo de Passos, por meio da resolução nº 339, de 4 de setembro de 1856, reconheceu a desapropriação do terreno da “povoação de Ponta Negra”, realizada anteriormente pelo Dr. João Carlos Wanderley em 1847.

As intervenções no espaço da Vila de Ponta Negra não se restringiram apenas às ocorridas no século XIX. Em virtude da parca historiografia sobre o local, as fontes documentais apontam para os anos de 1960 como um período de novas

⁶ Segundo Cascudo (1999), João Carlos Wanderley faleceu em 02 de março de 1899. Foi um político atuante, fundador de jornais, sete vezes deputado e quatro vezes governador da Província (1847, 1848, 1849 e 1850).

intervenções. Mas, segundo Machado (1989), o conflito sobre a posse das terras que fazem parte hoje da Vila de Ponta Negra teve seu início em 1955, quando Fernando Pedroza, irmão de Sílvio Pedroza⁷, decidiu, em virtude da carência de títulos de propriedade por parte dos nativos da Vila de Ponta Negra, expropriar e legalizar as terras onde a comunidade de pescadores se localizava. A expropriação e a legalização se sustentavam, ainda, no fato da família Pedroza alegar ser proprietária de grande parte das terras. Segundo Machado (1989), os moradores da vila, revoltados, recorreram às forças políticas contrárias ao grupo Pedroza e, assim, o conflito pela propriedade e uso da terra tornou-se público, divulgado na imprensa mais em razão dos conflitos entre as lideranças locais do que pelas reivindicações da população da vila.

Tendo-se tornado público o assunto⁸, a Igreja, por intermédio de D. Eugênio Sales, passou a atuar como intermediária entre os moradores e a família Pedroza⁹.

POVO E TRABALHO – NOTA GERAL

A Vila de Ponta Negra, seu surgimento e os primeiros indícios de seu crescimento revelam um espaço em constante mudança. Elas decorreram da injunção de novos objetos imobiliários criados no e para o local, que fizeram da

⁷ Sílvio Pedroza foi governador do Rio Grande do Norte no período de 1950 a 1955. Sua família era proprietária, conforme destaca Machado, da Imobiliária F. J. Pedroza.

⁸ A desapropriação das terras de uso comunal dos moradores da Vila de Ponta Negra ocasionou maiores consequências, na ocasião da construção da Barreira do Inferno.

⁹ Segundo Machado (1995), até então a família Pedroza se colocava como proprietária das terras. Por uma questão de salvaguarda do governo do irmão, Fernando Pedroza coloca-se como o único proprietário das terras, doando parte à arquidiocese de Natal. Segundo ainda este mesmo autor, a questão de desapropriação de parte das terras pertencentes à Vila de Ponta Negra iria fortalecer-se durante a construção da Barreira do Inferno, em 1964. “A área de Ponta Negra foi escolhida pelo Ministério da Aeronáutica e pela agência financiadora, a NASA. Fernando Pedroza, que tinha recebido do cartório o título de posse de várias terras, desde o episódio anterior, foi procurado pelo Ministério para resolver a questão. Em 1964, no governo de Aluísio Alves, Fernando Pedroza ‘doou’ ao Ministério cerca de 9.800 Hectares de terra para a construção da Barreira. A população da Vila de Ponta Negra que se sentiu lesada nos seus direitos de propriedade (...) organizou-se reivindicando a não construção da base de foguetes dentro de sua área de moradia. Reivindicação frustrada, pois, desta vez, os moradores não tiveram o apoio de políticos e da imprensa local” (p. 71).

Vila de Ponta Negra, antes predominantemente rural, um espaço, hoje, fundamentalmente urbano. A criação de atributos urbanos, na forma de objetos imobiliários, corresponderia às exigências e necessidades sociais, além de interesses de grupos econômicos atraídos com o crescimento da atividade turística, a partir de 1980. Após essa década, as características *povoação, moradia, atividade pesqueira* e elaboração de *renda* (atividade artesanal das bordadeiras e rendeiras do local) foram sendo modificadas. Os atributos urbanos surgidos traduziram-se em um sistema de objetos imobiliários interligados funcionalmente, que contribuíram na redefinição das condições sociais distintas e percebidas, também, nas novas condições de trabalho e moradia local.

O POVO

Pouco populosa, mas povoada, a vila modificava-se em sintonia com a diversidade de seus habitantes. Garda (1986), em seu estudo, no período 1980-82, identificou parte da origem do contingente humano que povoou a vila. Segundo ela, os grupos inicialmente estabelecidos no local descendiam de famílias procedentes da cidade de São José de Mipibu, das localidades de Bonfim, Pirangi e do município de Nísia Floresta. Outras famílias chegavam do interior do estado, mais especificamente do sertão potiguar, em decorrência da grande seca que acometeu o Rio Grande do Norte em 1877 e 1879.

As atividades econômicas desenvolvidas por estas primeiras famílias moradoras da Vila de Ponta Negra se restringiam à agricultura e à pesca, e se estendiam por uma área de 550 hectares¹⁰, localizada entre o rio Jiquí e a entrada principal do Centro de Lançamento Barreira do Inferno (CLBI). Souza (2001) relata que “por volta de 1920, a Vila possuía cerca de quinhentos habitantes. Havia muita dificuldade para os moradores da Vila de Ponta Negra venderem seus produtos em

¹⁰ Segundo Sousa (2001), em Nova História de Natal, a área correspondente a 550 hectares era considerada “da Vila”, de propriedade comunal dos seus moradores. Havia áreas destinadas à moradia e às roças, apropriadas separadamente por cada grupo doméstico, sendo que o mato e as pastagens eram reservados para o uso comunal.

Natal por falta de estrada” (SOUZA, 2001, p. 631). Peixes, rendas, ou produtos agrícolas eram vendidos em Natal e levados a pé por homens, mulheres e crianças. Seguindo ainda Souza (2001), o relatório da Intendência Municipal de Natal informava que, em 1923, por ordem do presidente da Intendência, o farmacêutico Joaquim Ignácio Torres, criava-se a primeira estrada que ligava a vila à cidade. Assim dizia o relatório, referindo-se à ação do presidente sobre a construção do que seria, após os anos de 1980, um dos principais objetos imobiliários e um meio de acesso terrestre ao local:

[...] resolveu ordenar a abertura de uma estrada, a qual se adaptasse à passagem de carros e automóveis, e assim sendo deu início aos trabalhos e dentro de 60 dias de serviço inaugurava a estrada com um percurso de 12 quilômetros, toda batida em alguns pontos arenosos, feito o serviço com barro vermelho bem comprimido, sendo executado o deslocamento geral e aplainado o terreno. No percurso da aludida estrada um automóvel Ford gasta trinta minutos na viagem (Relatório apresentado à Intendência Municipal de Natal, 1923, In: SOUZA, 2001, p. 632).

Com a estrada, criava-se o primeiro acesso da Vila de Ponta Negra à outros espaço da cidade de Natal e demais localidades. A melhoria desse novo acesso seria realizada em 1936 pelo então prefeito de Natal, Dr. Gentil Ferreira de Souza, que o inaugurou em agosto do mesmo ano. A construção da primeira estrada facilitou a chegada de mais moradores e intensificou as atividades artesanais, agrícolas e pesqueiras no local. Cresce o contingente de pessoas que viam no local um espaço para entretenimento, e que se intensificaria com a presença americana em Natal, em 1945 e, posteriormente, com a construção de casas de veraneio e crescimento turístico, após 1980.

A Vila de Ponta Negra foi inicialmente um povoado, característica que gradualmente passaria a ser alterada pelo processo de urbanização e atividade turística. Os traços de povoado foram sendo modificados, e com os anos de 1980 tem início a sua consolidação, no contexto da cidade de Natal, enquanto espaço destinado à moradia de classe média, entretenimento e, sobretudo, acumulação de capital. Com isso, o aspecto da povoação cedeu lugar a outras características tão marcantes quanto as precedentes. Outras atividades econômicas surgiram e outros

moradores, sob o invólucro do urbano e do turismo, imprimiam novas condições habitacionais, de trabalho e rendimentos. Assim, a velha cabana de palha e as antigas edificações feitas de barro batido, como fora a primeira capela, foram substituídas por outras formas de moradia, projetos arquitetônicos e empreendimentos imobiliários caros, constituindo-se em fatores estruturantes e substitutos da antiga *démarche* do trabalho e da atividade imobiliária local. Produziu-se, a partir de então, um novo espaço – um espaço urbano e turístico – que envolveu os moradores, redefinindo muitos costumes locais à lógica excludente desses traços do crescimento econômico.

O TRABALHO

No que se refere ao modo de vida, aos artifícios de sobrevivência e às peculiaridades do local, o documento publicado pela Prefeitura do Município de Natal destaca:

Estima-se que, até o século passado, a Vila de Ponta Negra era habitada por indivíduos ligados à atividade pesqueira. Havia, entretanto, roçados para ajudar na economia doméstica, além do trabalho de renda de almofadas feito por mulheres (PMN, 1999, p. 71).

As características da Vila de Ponta Negra se definiam também pelo trabalho, principalmente a agricultura e a pesca, como indicam Machado (1989), Cascudo (1999), Garda (1986) e Mendes (1989). A atividade de renda e a pecuária eram atividades complementares e a estas integradas. Mas foi a pesca, especificamente, que passou a definir o local e fez da Vila de Ponta Negra historicamente a “Vila dos Pescadores”.¹¹ No passado a comunidade foi consolidada como “um pequeno

¹¹ Há um consenso sobre a especificidade da atividade pesqueira como sendo uma característica definidora da Vila de Ponta Negra, sobretudo nos anos iniciais do surgimento dessa comunidade. Há paralelamente a afirmação de sua fragmentação ou quase extinção nos períodos que se sucederam aos anos de 1980, sobretudo decorrentes da urbanização e da atividade turística, fator este que não se limita apenas à Vila de Ponta Negra. A pesca parece configurar-se após esse período como uma atividade quase artesanal, não constituindo, como ocorrera até o início dos anos de 1960, uma atividade econômica de subsistência. A esse respeito, destacam-se os trabalhos de Lima (2001),

povoado constituído, na sua grande maioria, de uma população que vivia em função da atividade pesqueira” (Garda, 1986, p. 16).

Assim, a pesca, como atividade de sobrevivência, estruturou inicialmente a vila nos aspectos econômicos e simbólicos¹². Econômico, pois representava, no conjunto das atividades locais, uma das principais atividades definidoras dos papéis sociais de seus habitantes no espaço doméstico e comunitário. Por outro lado, a pesca fazia da vila um espaço significativo nos conflitos entre xarias e canguleiros¹³ na cidade de Natal. Em meio aos conflitos, a Vila de Ponta Negra consistia no local da pesca do xaréu, o peixe preferido entre os xarias. Cascudo (1999), referindo-se à Vila de Ponta Negra, no contexto dos “confrontos entre os bairros Ribeira e Cidade Alta”, ressalta a vila como sendo o local da pesca e fornecedor do peixe para o bairro da Cidade Alta.

A REDEFINIÇÃO DA MORADIA E OS OBJETOS IMOBILIÁRIOS: A URBANIZAÇÃO SINALIZADA

As características de povoado e das atividades econômicas, sobretudo a pesca e a agricultura, fornecem subsídios suficientes para entender as condições de trabalho da comunidade da Vila de Ponta Negra, até a década de 1960. As mudanças surgiram, ainda, com a redefinição das condições de moradia. A designação “Vila” dada à comunidade de Ponta Negra, supostamente ainda na primeira metade do século XVII, não se justifica ao reduzir-se às atividades econômicas – a pesca, a agricultura e a pequena pecuária, atividades desenvolvidas

Lopes Júnior (2000), Ramos (2001), Garda (1986), Machado (1995), Souza (2001), Mendes (1989) e outros.

¹² A atividade econômica da pesca, como aqui é enfocado, não foi a única responsável pela organização social da Vila de Ponta Negra. A pesca recebe ênfase aqui por se apresentar, na época, como um fator que parece articular as demais esferas do social.

¹³ O nome dos grupos xarias e canguleiros, segundo Cascudo, “provinha da alimentação preferida pelos dois bairros, no tocante à ictiofauna nordestina (p. 134). Xaria e canguleiro foram “nomes de guerra” dados, respectivamente, a moradores da Cidade Alta e da Ribeira, os quais tinham seus limites territoriais marcados pela *ponte*. “Da ponte para cima viviam os xarias. Da ponte para baixo moravam os canguleiros” (CASCUDO, 1999, p. 233).

“dentro de um sistema de produção auto-suficiente” (MACHADO, 1989, p. 67). As condições de moradia tiveram para a história da Vila de Ponta Negra uma importância tão singular quanto às condições de trabalho. Por condições de moradia entendem-se os aspectos típicos do morar no local, seja em relação à forma, à localização ou à função habitacional, que até final da década de 1950, apresentavam um traçado homogêneo, além da condição de acesso e manutenção da terra. Informações divulgadas pelo Jornal Dois Pontos destaca que a Vila de Ponta Negra “... era muito pequena. Em 1923 havia apenas 4 ruas e 40 casas” (Jornal Dois Pontos, 20 a 26 de maio de 1986 In: MACHADO, 1989, p. 76).

Predominantemente, as primeiras casas que compunham a comunidade da Vila de Ponta Negra eram feitas de barro batido e afixadas por varas e cipós. Eram formadas de dois ou três cômodos, dentre estes a cozinha, nos fundos. Em sua grande maioria, não eram separadas por cercas, salvo aquelas em que parte do terreno servia de abrigo para a criação de gado bovino, caprino ou suíno. A moradia, de coloração escura e coberta geralmente com palhas secas de coqueiros, dava ao local um aspecto simples, artesanal e, sobretudo, sereno e bucólico. A matéria-prima para a construção das casas era obtida no local, à margem da praia. Palhas, barros, madeiras e cipós eram obtidos sem qualquer dispêndio orçamentário por parte dos moradores.

As casas da Vila de Ponta Negra abrigavam desde famílias inteiras até um só indivíduo. A prática da autoconstrução predominava – de forma geralmente coletiva – e era adequada às necessidades dos indivíduos ou de suas famílias. O modo de vida simples era a tônica do cotidiano das famílias do local.

A localização das habitações é outro traço típico das condições de moradia dos habitantes da Vila de Ponta Negra. As casas, geralmente distantes uma das outras, se localizavam próximas à praia, já havendo uma divisão entre os espaços, aparentemente em função das necessidades do trabalho e da moradia.

Havia áreas destinadas à moradia e às roças, apropriadas separadamente por cada grupo doméstico, sendo que o mato e as pastagens eram reservadas para uso comunal (SOUZA, 2001, p. 631).(sic!).

O fato das habitações serem localizadas próximas à praia indica que a sua distribuição obedecia às regras supostamente traçadas pela principal atividade econômica de subsistência local: a pesca. As funções da habitação não eram apenas residenciais. O uso da casa se estendia para além do abrigo familiar e servia, ainda, de suporte à atividade de trabalho, na forma de depósito para o armazenamento de peixe, animais, produtos agrícolas e ferramentas de trabalho. Muitas vezes abrigavam os restos da pesca e da colheita e serviam de suporte físico para as mulheres elaborarem a renda e obterem a goma para fabricação de tapioca, produto que vendiam em Natal. Essa atividade econômica foi intensificada após a construção da primeira estrada¹⁴.

Os traços do aspecto da moradia na Vila de Ponta Negra parecem ter predominado, em alguns casos, até o início dos anos 1960, e modificados, a partir de então, com a criação de novas habitações com formas, funções e, por vezes, localizações distintas e distantes das anteriores. Machado (1989), nesse sentido, afirma:

A vila foi perdendo as características originais de comunidade de pescadores e rendeiras e de auto-suficiência econômica que possuía até 1960, para se colocar como um lugar de passeio, de veraneio (MACHADO, 1989, p. 75).

Em virtude da trajetória histórica da vila conter lacunas e de seu escasso material historiográfico, as primeiras mudanças conhecidas no aspecto habitacional, tem início nos anos 1960. A partir desse período tem início a redefinição das condições de moradia na Vila de Ponta Negra, marcando uma transição de um espaço isolado e de características comunais para apresentar-se como outro espaço construído, de perda gradual de seu isolamento frente a outros espaços da cidade do Natal. “A verdade é que, nos anos 60, a comunidade dos pescadores já estava com seu patrimônio totalmente invadido. O avanço da urbanização aniquilou a Vila, fazendo-a perder quase totalmente a sua identidade” (SOUZA, 2001, p. 633).

¹⁴ Atual Av. Engenheiro Roberto Freire.

As mudanças nas condições de moradia na vila se deram, inicialmente, pela presença de novas formas, funções e localizações habitacionais, criadas, agora, por novos indivíduos e famílias, com hábitos “diferentes” dos que ali já moravam. As modificações habitacionais surgiram sob a forma de casas de veraneio¹⁵, criadas por uma elite da cidade de Natal e que traçaram, a partir de 1960, as primeiras mudanças no tocante ao uso e aspecto paisagístico. Machado (1989) indica um dos motivos que levaram à construção das casas de veraneio no local.

A inexistência de uma regulamentação referente à ocupação e uso do solo para a praia de Ponta Negra fez com que o loteamento iniciado na década de 60 fosse realizado de forma desordenada, segundo os dois proprietários da área, Fernando Pedroza e Francisco do Porto de Santos. De qualquer forma o loteamento desordenado transformou aos poucos a pacata Vila de Ponta Negra em lugar preferido pelas classes alta/média, como praia de veraneio (p. 75).

A falta de uma legislação urbanística apropriada para o local proporcionou a construção desordenada das casas de veraneio, a ocupação irregular dos terrenos e a desordenada distribuição espacial dessas habitações. Estava-se constituindo novos atributos urbanos, com funcionalidades distintas das que a caracterizaram inicialmente a vila. As casas de veraneio se contrapunham em formas, cores e tamanhos frente às moradias já existentes na vila. Sua funcionalidade voltava-se ao lazer, e o isolamento passou a ser reduzido com a presença de um contingente de famílias que viviam na cidade de Natal, o que se consolida com a construção da Via Costeira e a Avenida Engenheiro Roberto Freire. Machado (1989), mais uma vez, destaca um dos motivos para a intensificação da construção das casas de veraneio¹⁶.

¹⁵ A emergência das casas de veraneio é um dos fatores importantes para o entendimento do processo de urbanização ocorrido no litoral brasileiro. Lopes Junior (2000) afirma que a emergência dessas casas passou a ser o mais perfeito ícone da urbanização litorânea brasileira. O processo de urbanização, tendo como uma das bases a casa de veraneio, “tem se traduzido em uma apropriação espacial singular, a urbanização turística, que mescla o novo e o velho, constituindo a base econômica e cultural de um processo de pós-modernização tão selvagem quanto a modernização conservadora das décadas anteriores” (LOPES JÚNIOR apud LIMA, 2001, p. 123).

¹⁶ A construção das casas de veraneio no espaço da Vila de Ponta Negra já se dava em meados da década de 1940. Como Natal concentrou um contingente militar, em virtude da Segunda Guerra

A área da praia ficou ainda mais valorizada quando Dinarte Mariz, conhecido político do Rio Grande do Norte, escolheu Ponta Negra como sua praia de veraneio. Ponta Negra passou a designar, na década de 60, não apenas a Vila de Ponta Negra, mas também a área constituída pelas casas de veraneio (p. 74).

Esse tipo de moradia pode representar, nesse sentido, um dos primeiros objetos imobiliários que contribuíram na redefinição do espaço construído da Vila de Ponta Negra, especificamente por impor uma lógica urbana e turística sobreposta ao antigo espaço comunitário. A intensidade da construção dessas “novas casas” promoveu a ideia de um crescimento local em longo prazo, e uma adequação dos antigos moradores às novas formas de obtenção de renda, surgidas, muitas vezes, com a sua inserção na atividade da construção civil estimuladas pelas novas moradias.

Além da atividade da construção civil contribuir para as mudanças na Vila de Ponta Negra, com a construção das casas de veraneio, ativa-se um novo mercado de terras, valorizando as terras à beira-mar e de parte daquelas de propriedade dos nativos. Impulsiona-se, ainda, o loteamento das antigas terras de uso comunal, que se estendiam para espaços além da margem da praia. Novas condições de trabalho surgiram, e compreendiam um pequeno comércio interno e a beira-mar, o comércio das barracas de praia, caracterizado pela venda dos produtos da pesca, do artesanato e da atividade agrícola. Os principais clientes eram a elite natalense e todos aqueles que já viam na praia de Ponta Negra não apenas uma comunidade de pescadores, mas como um espaço para o lazer. Machado (1989) destaca esse aspecto:

Os moradores da Vila, dada a dificuldade de permanecerem auto-suficientes, começaram a construir barracas na orla marítima para vender peixes, caldo de peixes, água de coco, cervejas e comidas típicas. As mulheres, aproveitando o movimento das barracas, principalmente no período de férias, passavam a vender os seus trabalhos de rendas: toalhas de mesa, redes, guardanapos entre outros (MACHADO, 1989, p. 76) (sic!).

Mundial, a área litorânea da Vila de Ponta Negra recebia, nos finais de semana, soldados, que a visitavam com fins de divertimento e lazer. Esse aspecto irá intensificar-se com a construção (já discutida acima), da Base de Lançamento de Foguetes (Barreira do Inferno) nos anos de 1960.

A afirmação de Machado (1989) reforça o entendimento de que a existência de objetos imobiliários impõe uma lógica que redefine desde aspectos sociais a atividades econômicas no e do espaço. O surgimento das casas de veraneio – a distribuição espacial destas sob a forma de uma artificialidade imposta – fez da Vila de Ponta Negra um espaço integrado econômica e socialmente às práticas, hábitos e costumes possivelmente já existentes na cidade e, em certa medida, alguns inéditos para os moradores até então. É nesse sentido que os objetos imobiliários representam e conseguem concatenar todo um conjunto de valores e necessidades sociais surgidos com a sua produção e reprodução espacial. A partir da construção das casas de veraneio, a Vila de Ponta Negra passou de espaço homogêneo a um local com características difusas, manifestas nas formas arquitetônicas, funções e distribuição de suas habitações, como também nas atividades de trabalho desencaixadas parcialmente da pesca, agricultura e pecuária. Os efeitos dessa produção do espaço se revelaram também nas precárias condições de infraestrutura urbana; na forma desordenada como foram loteados os terrenos; na falta de saneamento básico; diminuição gradativa da pesca, e na reificação da jangada como parte do novo *souvenir* comunitário e turístico.

A URBANIZAÇÃO: OS “ANTIGOS” OBJETOS IMOBILIÁRIOS

Com o surgimento dos primeiros objetos imobiliários na Vila de Ponta Negra, e em suas proximidades, antes mesmo da construção dos conjuntos habitacionais, a hipótese de que o seu isolamento frente à cidade estava sendo reduzido parece afirmar-se. Nesse sentido, a construção dos primeiros objetos imobiliários teve uma dupla especificidade: prover os moradores da Vila de Ponta Negra de meios de consumo coletivo, para atender algumas necessidades imediatas e condicionar o surgimento, mais tarde, de demais atributos urbanos. A existência dos primeiros objetos imobiliários na Vila de Ponta Negra assegura a percepção de que estes e os demais atributos urbanos surgidos após os anos de

1980 tiveram como premissa a satisfação de novas necessidades, não apenas aquelas dirigidas para os antigos moradores da Vila de Ponta Negra. Os novos objetos imobiliários, criados nesse segundo momento, com a *reurbanização*, estão, em sua grande maioria, voltados para o suprimento das necessidades mais amplas, especializadas e dispersas daqueles que moram, trabalham e visitam a Vila de Ponta Negra em virtude da atividade turística. O seu uso e distribuição sinalizaram para a provisão imediata das necessidades materiais e simbólicas da conjuntura turística, que é nela predominante. Porém, o que está alheio ao quadro histórico de sua produção é a peculiaridade que possuem de comportarem uma artificialidade única e articulada, de serem a fábrica das ações (SANTOS, 1997), formadora de uma espacialidade tão artificial e específica quanto é a conjuntura histórica de seu surgimento, seja a do crescimento do turismo ou a insipiência deste.

Os primeiros objetos imobiliários construídos na Vila de Ponta Negra surgiram nos anos de 1940. Um dos primeiros que surgiram a partir desse período no local foi o Patronato, construído em 1948, e onde funcionaria o Serviço de Assistência aos Menores (SAM) viabilizado pelo então cônego Eugênio de Araújo Sales junto ao Ministério da Justiça. Souza (2001, p. 633) destaca que:

Após a reforma realizada num prédio já existente, as autoridades do Estado inauguraram o Patronato de Ponta Negra, em 29 de outubro de 1948. Na década seguinte este prédio foi transformado em Centro de Treinamento de Líderes Rurais, órgão da Arquidiocese de Natal.

No ano seguinte, 1949, o governador Sílvio Pedroza inaugurava o cemitério da Vila de Ponta Negra. Esse objeto imobiliário é considerado por muitos dos antigos moradores como um dos marcos que delimitam o início a vila¹⁷. Além do cemitério, construiu-se, durante a década de 1940, a Escola Estadual Jerônimo de Albuquerque, “situada na rua Manoel Coringa, a artéria principal que dá acesso à Vila; é antiga e pequena” (SOUZA, 2000, p. 633). Em 1961, entrava também em

¹⁷ A maioria dos antigos moradores considera como marco inicial das delimitações territoriais da Vila de Ponta Negra, no sentido BR-101 – Vila, o cemitério, e, como marco final, a antiga igreja-capela.

atividade a Escola Municipal São José, criada na gestão do prefeito Djalma Maranhão. “Em dezembro de 1985, o prédio foi ampliado pelo prefeito Marcos César Formiga” (SOUZA, 2000, p. 633).

Em 1970, a Arquidiocese de Natal inaugura a Casa de Hóspedes de Ponta Negra, localizada próximo à antiga capela e à rua Manoel Coringa. Souza (2000) especifica:

Numa atitude pioneira, a Arquidiocese de Natal inaugurou, no dia 29 de outubro de 1970, a Casa de Hóspedes de Ponta Negra que dispunha de 14 apartamentos. Assim muitas famílias católicas que visitavam Natal, a partir de então, poderiam hospedar-se num local seguro e aprazível. A Casa de Hóspedes foi construída nos terrenos situados ao lado do Patronato de Ponta Negra (Diário de Natal, 30 de outubro de 1970 apud SOUZA, 2000, p. 634).

Além dos objetos imobiliários considerados por muitos moradores como espaço da vila, outros de significativo destaque foram edificados nas áreas próximas. Em 30 de outubro de 1970, segundo as informações de Souza (2000), foi inaugurado o balneário do Serviço Social do Comércio – RN (SESC/RN), situado na rua Desembargador João Vicente da Costa. O balneário tinha como função “proporcionar aos comerciários natalenses, e aos seus familiares, um espaço adequado para o lazer” (SOUZA, 2000, p. 634).

Outros empreendimentos foram aos poucos se localizando na Vila de Ponta Negra sob a forma de escolas, Patronato e outros. As investidas do Estado para a melhoria e formação de um espaço cada vez mais urbanizado na Vila de Ponta Negra avançaram após a implantação dos sistemas de água e energia elétrica e, sobretudo, após a pavimentação de parte das ruas. A implantação da rede de energia elétrica na Vila de Ponta Negra fez parte, conforme destaca Souza (2000), do programa de Popularização da Energia Elétrica do governo Lavoisier Maia (1979-1983), substituindo a precária iluminação existente na vila.

A pavimentação das ruas, assim como a construção de lagoas de captação, melhoria do sistema de coleta de lixo, foram, em boa parte, desenvolvidas entre os períodos de 1990 e 2000. Em agosto de 1981, o prefeito José Agripino Maia

inaugurou outros objetos imobiliários de destaque na Vila de Ponta Negra. “A construção da praça do Cruzeiro, a praça Jacinto Torres e o abastecimento d’água, além do calçamento da rua Manoel Coringa, que dá acesso à Vila, que tem o nome, atualmente, de rua Vereador Manoel Sátiro” (A República, 15 de agosto de 1981 apud SOUZA, 2000, p. 635).

Diferente das tentativas iniciais de urbanização da Vila de Ponta Negra, o processo de reurbanização ensejado pelo Estado e pela prefeitura para o local atingiu espaços além daqueles predominantemente caracterizados pela moradia dos antigos habitantes. As obras tiveram como foco principal qualificar espaços da orla para o lazer e a ampliação das atividades turísticas. Um dos espaços de maior concentração de recursos públicos foi a Av. Erivam França. As ações desenvolvidas ainda na gestão do prefeito Garibaldi Alves Filho, em 1988, visavam qualificar não apenas esta avenida, mas todo o espaço da orla por meio da organização do tráfego de veículos, construção de calçadas e banheiros para os frequentadores da praia. “As obras foram realizadas ao longo de 3,5 quilômetros, custando aos cofres públicos cerca de Cz\$ 180 milhões de cruzeiros” (Tribuna do Norte, 30 de outubro de 1988, p. 07 apud SOUZA, 2000, p. 635).

Esse processo de reurbanização da Vila de Ponta Negra, nesse sentido, restringia-se mais ao espaço da praia do que aos seus espaços centrais ou periféricos, que se expandiam em virtude de algumas ocupações irregulares.

A tônica presente nos discursos se alicerçava na afirmativa de que a reurbanização disciplinaria a orla. A disciplina ocorreria com as melhorias trazidas para a praia por meio de novos serviços urbanos e novos objetos imobiliários: calçadões, barracas de praia, novos espaços para bares, lanchonetes, restaurantes, postos policiais e estacionamentos para veículos. Esses atributos e serviços urbanos colocariam ainda mais em evidência a imagem da Praia de Ponta Negra e do bairro como um espaço qualificado para os usuários que o visitassem ou desejassem nele morar, trabalhar ou despendar recursos em atividades voltadas ao turismo ou especulação imobiliária na zona sul da cidade. Nesse sentido, a disciplina em termos de uso e criação de novos objetos imobiliários no local atraiu

a atenção de espectadores internos e externos com potencial para o desenvolvimento de atividades de trabalho ou de investimentos no bairro – na praia ou na Vila de Ponta Negra.

Porém, a Praia de Ponta Negra, um espaço da Vila de Ponta Negra, não seria local de intervenção estatal apenas no final da década de 1980. Na gestão do governador do estado Garibaldi Alves Filho, doze anos após a primeira reurbanização, foi proposta a segunda. Os recursos foram obtidos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), conforme destaca o Diário de Natal.

A verba para a urbanização e saneamento da praia de Ponta Negra estava assegurada desde 1997 pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur). Pelos projetos enviados ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - que financia o programa - seriam necessários R\$ 17 milhões para executar toda a obra (Diário de Natal).

As obras se estenderiam por três quilômetros no qual seriam construídas calçadas, pistas de acesso, ciclovias, calçadão, quinze quiosques e barracas de praia¹⁸.

Logo em seguida começam as barracas, divididas em 12 módulos, cada um com três ou quatro barracas. Neste módulo, estão uma torre para abrigar os salva-vidas, os banheiros femininos e masculinos e a caixa d'água. Na barraca haverá cozinha, área de serviço e local para depósito (TRIBUNA DO NORTE, 29 de agosto de 1999).

O surgimento dos novos objetos imobiliários proporcionou uma nova forma espacial à praia de Ponta Negra, e trouxe para os que comercializavam no local outra dualidade além da moradia. Uma dualidade do crescimento econômico e

¹⁸ De acordo com o Diário de Natal de 29 de outubro de 2000, “O novo projeto de reurbanização, elaborado pelos arquitetos Roseane Dias, Dulce Bentes, Fabiano Diniz e José Ailton de Moraes, compreendia a construção de ruas de acesso ao mar, quiosques, mirante, quadras de esporte, etc. Na realidade, foram executados, apenas, 30% do que foi planejado, segundo a avaliação do arquiteto José Ailton de Moraes. Falta de planejamento e de vontade política impediu a plena execução do projeto” (Diário de Natal, 29 de outubro de 2000 apud SOUZA, 2000, p. 635).

insegurança nas atividades econômicas ligadas ao turismo. Assim destaca o jornal Tribuna do Norte:

Os restaurantes e hotéis de Ponta Negra sabem da responsabilidade em ter de conquistar o público frequentador da praia. Mas as obras no local deixam dúvidas sobre os negócios. Sem saber como ficará o mercado, por enquanto, eles não têm planos específicos para o período (Tribuna do Norte, 29 de agosto de 1999).

O projeto de reurbanização ocorrido na Praia de Ponta Negra foi incompleto. Vários objetos imobiliários ficaram para ser construídos e muitas das propostas dos técnicos municipais tornaram-se inviáveis frente aos limitados e já direcionados recursos vindos do PRODETUR. “A parte realizada deste projeto representou um investimento em torno de R\$ 12 milhões de reais” (SOUZA, 2000, p.635). Os dois jornais abaixo citados destacam:

Já foi pensada a desapropriação de áreas para criar estacionamento. Mas os recursos do Prodetur não vêm para desapropriação. Sabemos que muita gente quer prestar esse serviço, por isto, devem aparecer várias pessoas querendo criar estacionamento (Tribuna do Norte, 29 de agosto de 1999).

Mas, com o início das obras, tiveram início as modificações dos projetos. Nem a Prefeitura nem o Governo do Estado conseguiram bancar as desapropriações que seriam necessárias para a execução da obra por completo. O mais fácil foi eliminar o que não podia ser construído (Diário de Natal).

O TURISMO E O CRESCIMENTO DA ATIVIDADE TERCIÁRIA

A atividade turística na cidade de Natal cresce consideravelmente desde a década de 1980. Espaços da cidade como a zona sul estão entre aqueles onde esta atividade mais se desenvolveu. Mas a atividade se expandiu para além da Grande Natal, crescendo em outros municípios litorâneos onde algumas estruturas de hospedagem e serviço estão sendo ampliadas. Um forte atrativo impulsiona a

evolução da capacidade de hospedagem em alguns municípios do Estado. Ele reside no fortalecimento institucional do turismo histórico, ecológico, religioso e outros. No entanto, Natal continua sendo a cidade mais procurada do estado pelos turistas que o visitam. E nesse contexto, a maior concentração dos meios de hospedagens se concentra na cidade de Natal, localizados, sobretudo, na zona sul.

O número expressivo de hotéis, pousadas, bares, restaurantes, casas noturnas, shoppings centers, locadoras de veículos, albergues localizados na parte sul da cidade são destinados, em sua grande maioria, a suprir demandas surgidas nos últimos vinte anos em bairros da zona sul da cidade como Capim Macio, mas, principalmente, Ponta Negra, e em espaços onde a atividade hoteleira teve seu maior desenvolvimento nos últimos anos, especialmente a Via Costeira.

Em decorrência do número significativo de meios de hospedagens existentes na cidade se concentrar na sua parte sul, alguns investimentos foram gradativamente se estabelecendo em espaços antes destinados a moradia ou a atividades de trabalho distintas das impostas com o crescimento do fluxo de turistas. Espaços da cidade localizados na zona sul de Natal como a Vila e bairro de Ponta Negra foram de certa forma os mais afetados como o crescimento do turismo após a década de 1980. O número expressivo de objetos imobiliários surgidos sob a forma de meios de hospedagem se expandiu tanto em espaços próximos à praia como em espaços mais centrais como os conjuntos Ponta Negra e Alagamar, especialmente em suas vias de acesso. Algumas residências foram, nos conjuntos, convertidas em pousadas, restaurantes, etc.

Um exemplo expressivo entre as mudanças ocorridas neste espaço está na mudança de uso atribuído às antigas casas de veraneio localizadas próximas a Avenida Engenheiro Roberto Freire. Esses objetos imobiliários funcionam hoje como pousadas, restaurantes, hotéis e casas noturnas. Sua mudança de uso acompanhou o desenvolvimento turístico que cresceu significativamente com a década de 1990. As casas de veraneio foram ao longo deste período reformadas, vendidas, deixando de existir em virtude do crescimento da atividade turística e da atração que realiza sobre os grupos de especuladores que lotearam suas glebas

localizadas próximas à praia de Ponta Negra. Assim, um dos primeiros efeitos surgidos da relação turismo e objetos imobiliários encontra-se nas modificações funcionais pelas quais passaram as casas de veraneio localizadas no Bairro de Ponta Negra.

Os conjuntos habitacionais Ponta Negra e Alagamar passaram por significativas mudanças em virtude do avanço da atividade turística. O crescimento de serviços voltados à esta atividade se encontra, em sua grande maioria, nas margens da Avenida Engenheiro Roberto Freire. Hotéis, restaurantes, locadoras de veículos, bancos, supermercados, lojas de conveniências, mercadinhos, postos de gasolina, universidades e shoppings, são todos exemplos de alguns dos serviços e tipos de atividades comerciais que se expandiram após o crescimento da atividade turística. Nos espaços internos dos conjuntos Ponta Negra e Alagamar, objetos imobiliários que surgiram com funcionalidades exclusivamente residenciais passam, hoje, por mudanças de usos bastante relevantes. Encontram-se nestes espaços antigas residências construídas nos início da década 1980 que funcionam atualmente como pequenos mercadinhos, farmácias, locadoras de veículos, escolas, hotéis e restaurantes. Esses objetos imobiliários operam, em boa parte, com funcionalidade dupla; são reservados para uso residencial e comercial. Outros moradores destinam toda moradia a atividade comercial mudando-se, por vezes, do bairro e das antigas residências, ou estabelecendo-se em espaços residenciais próximos. Essas mudanças em termos de usos atribuídos aos objetos imobiliários estão ligadas ao seu aspecto *localizacional*. Alguns objetos se localizam, em sua grande medida, nas vias de acesso de maior fluxo de veículos, proporcionando ao seu proprietário obter da moradia um uso complementar. No conjunto Ponta Negra, a avenida praia de Búzios é um exemplo de via de acesso que, após a década de 1990, boa parte das antigas residências destinadas à classe média que migrava para o bairro, impôs as suas moradias alterações de uso e formas arquitetônicas. Nela concentram-se pequenos salões de beleza, locadoras de veículos, bares, condomínios residenciais, mercadinhos e demais estabelecimento comerciais.

No conjunto habitacional Alagamar, algumas das casas destinadas a uso residencial também passaram por mudanças de uso com a expansão da atividade turística em toda zona sul. Algumas residências foram modificadas e funcionam como pousadas, casas noturnas, farmácias, complexos de lazer, hotéis, albergues, condomínios residenciais e locadoras de veículos. A Avenida Praia de Alagamar, nesse sentido, representa umas das vias de acesso ao conjunto, localizada próxima a Rota do Sol que concentra edificações inicialmente destinadas à moradia e hoje se destinam a usos diversos e rotativos.

Assim, no contexto do crescimento turístico, a atividade terciária se expandiu para os conjuntos habitacionais e área das casas de veraneio. Porém, um dos espaços que compõem a zona sul da cidade e que concentrou a partir dos anos 1980 essa dupla funcionalidade dos objetos imobiliários foi a Vila de Ponta Negra. A partir de então a atividade terciária cresceu concomitante às desenvolvidas nos espaços residenciais citados.

A Vila de Ponta Negra que até a década de 1980 se caracterizava por seu aspecto simples e de fraca atividade comercial, com o crescimento turístico passou a concentrar uma rede de serviços e comércios destinados tanto a suprir as demanda internas de antigos moradores como as necessidades de visitantes e dos novos moradores que se estabelecem no local.

A Vila de Ponta Negra foi concentrando nas suas antigas e principais vias de acesso objetos imobiliários voltados à prática do comércio, do serviço e da hotelaria. Esses objetos imobiliários estão concentrados nos seus espaços internos e periféricos. Em seus espaços periféricos se concentram, em boa parte, hotéis, restaurantes, pequenos comércios, locadoras de veículos e casas noturnas. A Avenida Manoel Coringa Lemos, uma das primeiras vias de acesso construídas na Vila de Ponta Negra, gradativamente agrupou, após o período de expansão turística, um número significativo desses objetos. Outras vias de acesso como a Rua da Lagosta, diferentemente da Avenida Manoel Coringa, agrega objetos imobiliários novos, expressão do avanço urbano das residências do Conjunto Alagamar para as partes destinadas anteriormente ao uso comunal, de plantio e

pastoril dos moradores da Vila de Ponta Negra, hoje denominada Alagamar. Necessariamente, a Rua da Lagosta concentra objetos imobiliários destinados ao uso residencial e, no final da década de 1990, passa a ser uma das vias de acesso de maior movimentação e referência de chegada aos condomínios verticais com o Sportspark e Corais de Ponta Negra, além de outros.

Pequenos mercadinhos, farmácias, oficinas de veículos, pequenos salões de beleza e comércio de materiais destinados a construção civil estão entre as principais atividades terciárias que cresceram após a década de 1980 na Vila de Ponta Negra. Em espaços periféricos que fizeram parte da organização espacial e inicial da Vila de Ponta Negra como a Av. Erivam França, concentram-se hoje uma rede comercial destinada à hospedagem e ao entretenimento. Entre os demais espaços da Vila de Ponta Negra, esta avenida representa um caso específico em virtude da rotatividade de usos destinados aos objetos imobiliários construídos. Muitos restaurantes, bares e edificações destinadas ou convertidas para este fim mudam constantemente de proprietário e função obedecendo, sobretudo, as necessidades do fluxo de turistas e obtenção de renda. O crescimento das visitas a Avenida Erivam França, após 1990, torna a avenida um dos locais preferidos pelos turistas e moradores da cidade.

A especificidade da Vila de Ponta Negra enquanto um espaço reorganizado espacialmente, após a década de 1980, reside no fato de concentrar novos objetos imobiliários destinados a grupos de famílias portadoras de condições sociais diferentes em termos de renda e trabalho. Esse aspecto fez da Vila de Ponta Negra um espaço redefinido, requalificado em termos de objetos imobiliários destinados quase que exclusivamente a geração de ganhos obtidos mediante a intensidade da atividade turística. A construção dos objetos imobiliários tanto interna quanto nas áreas próximas fez da Vila de Ponta Negra um espaço produzido em função da atividade turística e dos ganhos obtidos com a especulação imobiliária no local, incluindo aqueles decorrentes da venda das antigas moradias e terrenos dos antigos moradores do local. Em concordância com o crescimento turístico, as atividades comerciais surgidas a partir da década de 1980 fizeram emergir, assim,

espaços funcionalmente distintos entre si, espaços destinados exclusivamente à moradia de parcela de grupos de indivíduos incluídos como classe média, empresários e comerciantes da cidade que fixaram moradia na vila. Por outro lado, constituíram-se outros espaços destinados à moradia de grupos de famílias que migraram para a Vila de Ponta Negra na tentativa de obtenção de renda por meio do exercício de trabalhos pontuais e temporários, localizados dentro e fora da vila. Essas famílias que se encontram nas áreas periféricas do local aguçam o distanciamento social e terminam sendo alvos do surgimento de novos objetos imobiliários destinados ao uso comercial ou aqueles de uso exclusivo de grupos de famílias como poder aquisitivo muito acima da média dos moradores da vila ou da cidade. Este aspecto vem contribuindo para a formação de espaços diferenciados socialmente, onde a habitação e as condições de trabalho dessas famílias servem como indicativos de uma divisão territorial de trabalho entre espaços formados em virtude dos fatores mais gerais promotores do novo perfil de cidade capitalista e, especificamente, dos objetos imobiliários constituintes da zona sul.

Com a intensidade da atividade turística destinada a zona sul da cidade, formam-se em espaços residenciais, como a Vila de Ponta Negra, pequenos nichos de moradia distintos e redefinidos. Mesmo em suas áreas próximas e espaços centrais, constrói-se uma divisão territorial, destinada ao uso comercial, à atividade turística, à especulação imobiliária, mas, sobretudo, redefinidora espacial do local expresso na existência de espaços residenciais desiguais voltados à moradia de ricos e pobres, segregadamente também quanto ao acesso a serviços e condições de trabalho.

Nesse contexto de renovação espacial da Vila de Ponta Negra, todo o investimento em infraestrutura e serviços públicos tem contribuído para estabelecer uma forte pressão sobre o mercado imobiliário. Junto a isso, muitos hotéis, pousadas, restaurantes, bares, casas noturnas têm se instalado no local, muitos de propriedade de estrangeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Vila de Ponta Negra resulta da ação de agentes produtores do espaço, tanto públicos quanto privados. Há, em sua história, uma relação com o surgimento da cidade de Natal e com o crescimento da atividade turística em direção à zona sul. O *empresariamento* urbano tornou-se um dos principais motivadores da forma fragmentada e parcial com a qual se produziu o espaço urbano da Vila de Ponta Negra e para além dela.

A Vila e o bairro de Ponta Negra tornaram-se, hoje, um dos locais onde os terrenos vazios e as casas existentes são comercializados a novos usuários que investem em empreendimentos residenciais de pequeno, médio e grande porte. O mercado imobiliário cresce espoliativamente com a construção de objetos imobiliários na Av. Eng. Roberto Freire, em parte onde se localizavam as antigas casas de veraneio e se intensifica, verticalmente, no interior da antiga vila de pescadores, nos conjuntos habitacionais Ponta Negra e Alagamar e próximos a Rota do Sol. Em ruas e avenidas como a Erivam França e a Praia de Búzios são visíveis as expressões formais e arquitetônicas das práticas excludentes da especulação imobiliária e de seu avanço elitista.

Esse processo redefiniu não apenas o cotidiano do antigo morador da vila de pescadores, mas imprimi, também, uma nova lógica de uso dos conjuntos habitacionais por seus primeiros habitantes, a classe média local. Este dois efeitos guardam uma relação estreita com a história de ocupação e de desapropriação das terras de uso comunal da Vila de Ponta Negra; com o sentido das políticas públicas habitacionais dos anos de 1980 e com a requalificação urbanística mais geral que privilegia a zonal sul com os Programas de incentivo a atividade turística. Estes processos levaram ao fim da antiga vila de pescadores e a tornou mais um ornamento apenas, por vezes fraco, por vezes forte, mas geralmente um modelo que reverencia o novo, a riqueza e o conservadorismo, características úteis para muitos natalenses.

Na medida em que o Estado cria meios que fortalecem a atuação de grupos empresariais ou quando destina boa parte do orçamento público na viabilização de atributos urbanos apenas lucrativos, o empresariamento da cidade se expande, formando um valioso sistema de objetos imobiliários. A Vila de Ponta Negra, que até a década de 1970 se caracterizava como sendo uma vila de pescadores, passou a ser composta por um sistema de objetos imobiliários, destinados à moradia e a uma atividade turística que se diversifica. Essa relação é possível, pois estes atributos urbanos tiveram, entre os seus efeitos, a redefinição do espaço por meio da sua requalificação.

A história da Vila de Ponta Negra é a história de um espaço construído caro, para poucos. Para o turista e apenas para aquele que possa pagar caro pelo controle e uso da terra, seja o investidor ou a classe média fortemente atravessada pelos conflitos gerados com o tráfico de drogas, prostituição e ilícitos contra o meio ambiente.

HISTORY AND PRODUCTION OF SPACE “VILA DE PONTA NEGRA” - NATAL/ RN: ELEMENTS FOR A REFLECTION ON THE LOCAL TOURISM

Abstract

This article describes the history of the Vila of Ponta Negra, the original nucleus of the district of Ponta Negra, located in the southern zone of the city of Natal, Rio Grande do Norte. This urban space is a significant feature in the process of urban regeneration in the city and for understanding the effects of tourist activity. Describes the historical events that mark the formation of the Vila of Ponta Negra, organized into categories such as location, people, labor, land, and other real estate objects. The sources consulted descriptions vary from journalists, academic research will reports of former residents. A feature that revealed a history of the Vila of Ponta Negra scarce, fragmented, but mentions the motives and decisive agents for the formation of uneven and expensive south zonal of the city Natal; advance exploitative real estate capital and its effect on exclusionary former resident and fisherman the Vila of Ponta Negra.

Keywords: Vila de Ponta Negra. Tourism. Real Estate Objects. Ponta Negra. Natal/RN.

REFERÊNCIAS

A ORDEM, 25 de junho de 1940.

A REPÚBLICA, 16 DE MARÇO DE 1938.

O POTI. O Fortim de Ponta Negra. In: **A Nova História de Natal**. 2001. Fascículo nº20.

O LAÇADOR. INFORMATIVO CLBI, JAN/FEV/MARC/. 2001- ANO 1 N 1.

DIARIO DE NATAL, 13 DE MARÇO DE 1975.

TRIBUNA DO NORTE, 22 DE MARÇO DE 1992.

_____, 29 DE AGOSTO DE 1999.

CAPODAGLIO, Gigliola. **Dona de casa e dona de barraca**: a mulher barraqueira de Ponta Negra, Natal-RN. Natal, RN, 1989. 115p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal, EDUFRN, 1980.

GARDA, Louis Martin. **Família e Mudança Social**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Univesidade Federal do Rio Grande do Norte, 1986.

LIMA, Pedro de. **Natal século XX**: do urbanismo ao planejamento urbano. Natal: EDUFRN,. 2001.

LOPES JÚNIOR, Edmilson. **A Construção Social da Cidade do Prazer**. Natal-RN: EDUFRN, 2000.

MACHADO, Maria Salete. **Estado e Movimentos Sociais em Natal, Ponta Negra**. (Tese Doutorado veiculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia – USP, São Paulo, 1989.

MELO, João Alves de. **Natureza e história do Rio Grande do Norte**: 1º tomo 1501 a 1809. Natal: Imprensa Oficial, 1969.

MENDES, Marta Maria dos Santos. **As transformações do espaço urbano de Ponta Negra** (Monografia de especialização) Natal, UFRN, 1989.

MINEIRO, Fernando. **Natal em Perfil**. Mandato Popular, 1992.

PMN – Prefeitura Municipal de Natal. IPLANAT/GERINT. **O perfil dos bairros de Natal**. Natal, 1998.

PMN – Prefeitura Municipal de Natal. **Natal 400 anos depois**. Prefeitura Municipal de Natal, 1999.

PMN – Prefeitura Municipal de Natal. IPLANAT/GERINT. **O perfil dos bairros de Natal**. Natal, 1994.

RAMOS DA SILVA, Maria José. **Sombras em Movimento**: viagens e paradas ao encontro da migração. (dissertação de mestrado – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2000.

SOUZA, Itamar de. **Nova História de Natal**: de Morro Branco a Ponta Negra. In Diário de Natal. Natal/RN, 25 de Setembro de 2001. (Fascículo 20).

VIDAL, Maria do Socorro Carlos. **A Ponte da Exclusão**. Natal: Cooperativa Cultural, 1998.

Cronologia do Processo Editorial

Recebido em: 21. abr. 2013

Aprovação Final: 12. jun. 2013

Referência (NBR 6023/2002)

SILVA, Ângelo Magalhães. História e produção do espaço da Vila de Ponta Negra - Natal/RN: elementos para uma reflexão sobre o turismo local. **Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, Mossoró/RN, vol. 2, n. 1, p. 70-101, jan./jun. 2013.